

Lula escolhe dois homens para vagas de ministro do TSE e deixa mulheres de fora

Poucas horas depois de o STF (Supremo Tribunal Federal) elaborar uma lista com quatro nomes para Lula (PT) escolher os dois novos integrantes do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o presidente selecionou o advogado Floriano de Azevedo Marques e o ministro substituto André Ramos Tavares para o órgão.

Eles ocuparão as vagas dos ministros Sérgio Banhos e Carlos Horbach no tribunal. Os nomes foram anunciados pelo presidente da corte, Alexandre de Moraes, ao fim da sessão do STF desta quarta-feira (24).

Floriano é doutor e livre-docente em direito na USP, onde também leciona Moraes, que vinha defendendo que o colega ingressasse no colegiado.

Os outros nomes que constavam na lista do tribu-

nal eram os das advogadas Daniela Borges e Edilene Lôbo. Daniela Borges é presidente da seccional da OAB na Bahia, e Edilene Lobo é de Minas Gerais e advogou para o PT.

Ambas as vagas abertas são da chamada "classe dos juristas", preenchida por advogados. A composição titular do TSE é preenchida por três ministros do STF, dois do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e por dois advogados.

Tradicionalmente, o ministro substituto mais antigo em atuação no tribunal é escolhido como sucessor na vaga aberta por magistrado titular que deixa a corte.

Nesse caso, o natural seria a ministra Maria Cláudia Buchianeri ascender à titularidade. Ela acabou não integrando a lista quádrupla. Buchianeri foi escolhida ministra substituta do TSE em

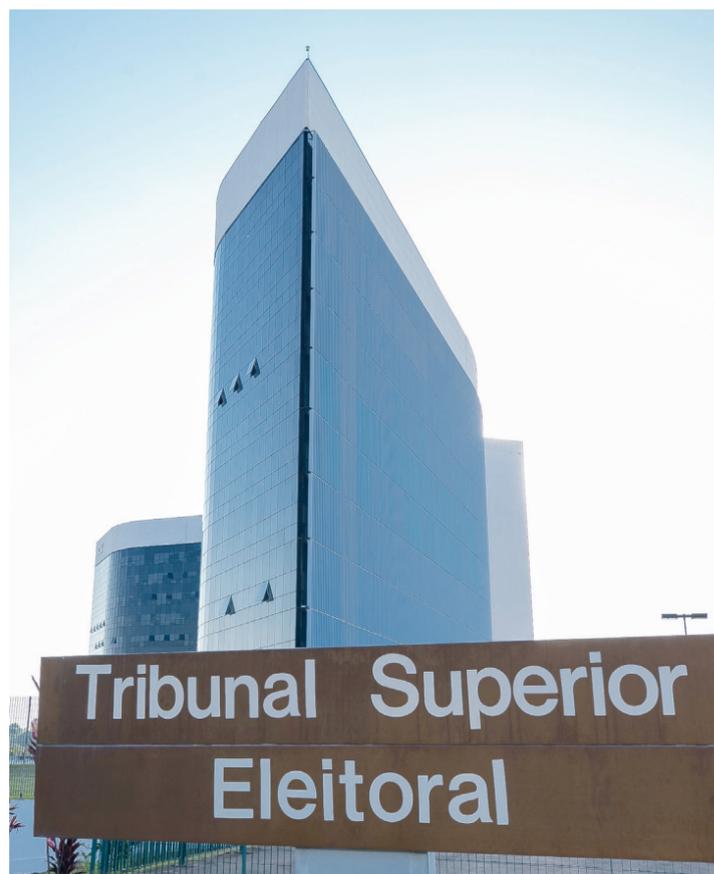
2021 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Banhos encerrou no último dia 17 seu segundo e último biênio como ministro titular do TSE, e teve que deixar a corte.

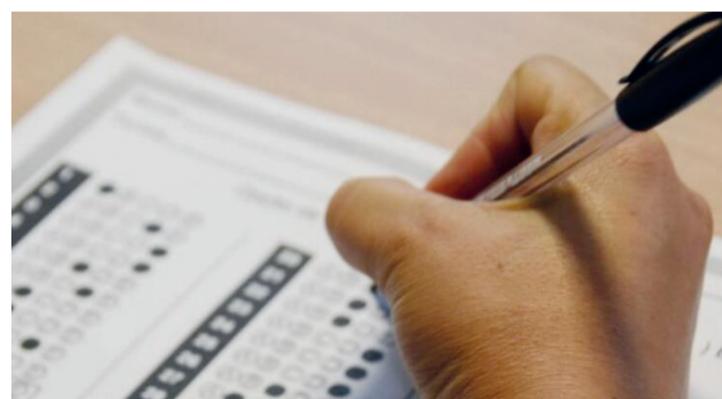
Já Horbach está como ministro titular há dois anos e desistiu formalmente de participar da recondução para um segundo biênio na corte. Apontado como próximo a Bolsonaro, ele votou de forma favorável ao ex-presidente e seus aliados em julgamentos importantes.

Nos bastidores, Moraes trabalhava para ampliar sua influência no tribunal, que presidirá até o meio do ano que vem. O plano dele é, mesmo depois de deixar a corte, manter aliados e, consequentemente, sua influência nos debates eleitorais.

José Marques/Folhapress



Economia



Governo autoriza 9.450 novas vagas para concursos públicos em 2023

Página - 03

Política

Condenação no STF deve levar Collor à prisão só após julgamento de recursos

Página - 04

Ex-assessora acusa Joice de 'rachadinha'; dinheiro pagava até ração de gato

Página - 04

Consumo de energia ficou estagnado em abril

Página - 03



Aquisições

Fabricante de biscoitos Marilan busca comprador

Pág - 05

Valid, empresa que emite RGs e CNHs no Brasil, compra startup de olho no setor privado

Pág - 05



No Mundo

Rússia prorroga prisão de repórter dos EUA detido por espionagem



A Justiça da Rússia estendeu por três meses, nesta terça-feira (23), a prisão preventiva de Evan Gerchkovitch, repórter do jornal americano Wall Street Journal detido em março sob a acusação de espionagem. A decisão foi repudiada por autoridades dos Estados Unidos, que tinham a expectativa de vê-lo em liberdade no próximo dia 29.

O FSB (Serviço Federal de Segurança), órgão russo de inteligência, foi o autor do pedido de prorrogação da pena, agora prevista até 30 de agosto, mas que depois pode-

rá ser novamente estendida. A decisão foi divulgada pela agência de notícias estatal russa RIA, e os motivos da ampliação não foram informados.

Gerchkovitch, cidadão americano de origem russa, foi acusado pelo serviço de segurança interno russo de colher informações classificadas como segredo de Estado sobre uma fábrica militar e de transmiti-las para Washington. Não foram apresentadas provas das alegações, e o Wall Street Journal as nega.

Diversas entidades, personalidades e políticos vêm se manifestando em defesa

da liberdade do jornalista. O presidente dos EUA, Joe Biden, pediu várias vezes a libertação do repórter, mas disse no mês passado que não tinha planos de expulsar diplomatas russos do território americano como retaliação.

O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Matt Miller, afirmou que representantes da embaixada americana em Moscou compareceram à audiência nesta terça, mas foram impedidos de conversar com o jornalista. Os pais de Gershkovitch também estavam no tribunal de Moscou, segundo a CNN internacional. Folhapress

Morre mulher de 95 anos atacada por polícia com arma de choque na Austrália

Uma idosa na Austrália hospitalizada após policiais usarem uma arma de choque contra ela duas vezes morreu nesta quarta-feira (24). A informação foi confirmada pelo jornal britânico The Guardian.

Clare Nowland, que tinha 95 anos e sofria de demência, vivia em uma casa de repouso e foi atacada pelas forças depois que a equipe da instituição afirmou que ela estava carregando uma faca em Cooma, a 300 km de Sydney. Ela teria sido atingida no peito e nas costas, e sua queda

pode ter feito com que ela sofresse uma fratura no crânio e hemorragia cerebral.

O policial que usou a arma contra a idosa, Kristian White, 33, foi indiciado por acusações de agressão física, e deve aparecer diante da corte em 5 de julho. Sua pena pode chegar a dez anos de prisão.

O caso indignou a Austrália. Andrew Thaler, representante da família que falou com o jornal Sydney Morning Herald, afirmou que ele e seus parentes ficaram chocados pelo incidente. Folhapress



População de Uvalde continua dividida 1 ano após massacre em escola nos EUA



Uma reunião do conselho escolar neste mês em Uvalde, no Texas, sul dos Estados Unidos, pais e administradores se viram empacados numa discussão que se tornou familiar. Quase um ano depois que um atirador invadiu a escola primária Robb e matou 19 crianças e dois professores, a comunidade ainda espera que as autoridades expliquem totalmente como isso aconteceu.

“Já vai fazer um ano e, francamente, nada mudou”, disse Jesse Rizo, tio de uma das vítimas do massacre, ao conselho. “As pessoas estão implorando que vocês respondam às perguntas. Vocês vieram aqui e praticamente oprimem as pessoas. Elas

fazem perguntas, vocês não têm respostas.”

Apesar da passagem do tempo, ainda há desacordo sobre quem deve ser demitido pela lenta resposta da polícia a uma das piores chacinas em escolas da história americana, e que posição a cidade deve adotar diante dos repetidos apelos das famílias das vítimas para a restrição de armas. Vizinhos que se conhecem há anos agora se veem incapazes de chegar a um acordo e estão mais afastados que nunca.

“Costumávamos ser uma comunidade unida”, disse Rizo após a reunião do conselho escolar em 15 de maio. “Agora é como se não nos conhecêssemos mais.”

Unida na dor nas semanas após o ataque que gerou

questionamentos sobre como a polícia deve responder aos massacres, Uvalde se separou desde então, dividindo-se em linhas de falha que mal existiam um ano antes.

As fissuras são profundas e permanecem abertas: entre os parentes das vítimas que fazem lobby por leis de armas mais rígidas e moradores que são antigos caçadores e proprietários de armas; entre apoiadores da polícia, alvo de uma investigação do Ministério Público pela demora em neutralizar o atirador, e moradores que agora desconfiam dos agentes; entre os que ainda estão em luto e os que gostariam de seguir suas vidas. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

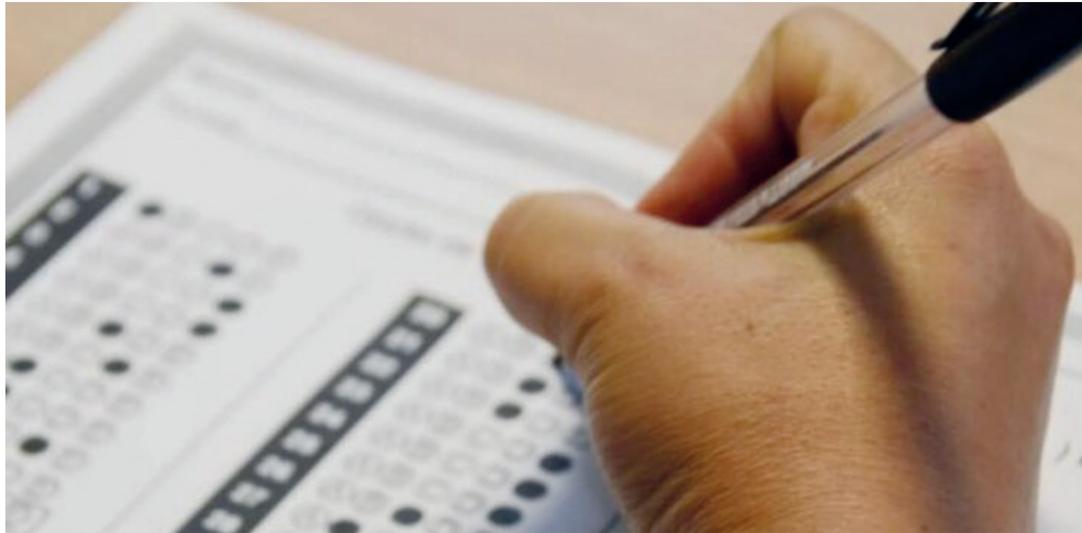
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Governo autoriza 9.450 novas vagas para concursos públicos em 2023



O governo federal autorizou, até este mês, a abertura de quase 10 mil novas vagas -temporárias e fixas- para concurso público e processo seletivo de órgãos e processo seletivo de órgãos como Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

As contratações agora dependem da escolha da empresa organizadora e da publicação dos editais com as regras, mas já movimentam candidatos e cursos preparatórios. O setor de concursos teve uma espécie de apagão nos dois últimos governos por causa da limitação imposta pelo teto de gastos.

O IBGE reúne a maior parte dos postos disponíveis, com mais de 8.000 vagas

temporárias que vão suprir a demanda de profissionais como agentes de pesquisa por telefone e supervisor de coleta e qualidade para atuar no Censo Demográfico 2022. A autorização para o concurso foi publicada no Diário Oficial da União no último dia 17 de maio.

As outras 1.450 vagas autorizadas são para concursos do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Ciência, do Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

No ano passado, foram 1.699 vagas disponíveis para novos concursos públicos. De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o último concurso autorizado em 2022 foi o da Secretaria Especial da Receita Federal, em junho, para os cargos de auditor fiscal e analista tributário.

****VEJA OS CONCURSOS AUTORIZADOS, AS VAGAS E OS CARGOS****

****MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****

Cargo: terceiro-secretário
Quantidade de vagas: 30
Escolaridade: nível superior

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Cargos: analista em ciência e tecnologia, pesquisador e tecnólogo

Quantidade de vagas: 814
Escolaridade: nível superior

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Cargo: analista ambiental
Quantidade de vagas: 98
Escolaridade: nível superior.

Paulo Ricardo Martins/Folhapress

Consumo de energia ficou estagnado em abril

O Brasil andou de lado desde abril do ano passado. O consumo de energia elétrica, um dos principais indicadores do crescimento do PIB, ficou estagnado, segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Depois de dois meses consecutivos de avanço, o país encerrou abril com estabilidade no consumo em relação ao mesmo período de 2022 -demanda de 65.265 megawatts médios.

Desse total, 24.214 MW médios foram utilizados pelo mercado livre, que fornece eletricidade para a indústria e grandes empresas, como shoppings e redes de varejo.

O volume representou um leve aumento de 0,4% frente a igual período do ano passado. O restante, 41.051 megawatts

médios, foi direcionado ao mercado regulado, no qual estão as residências e pequenos comércios, segmento que teve queda de 0,2% no comparativo anual.

Na avaliação dos 15 setores da economia monitorados pela Câmara de Comercialização, quase todos eles registraram consumo menor, exceto empresas do ramo metalúrgico -que estão de olho na retomada da economia chinesa-, da indústria alimentícia, impulsionada pelas exportações, e do comércio, que foi beneficiado pelo baixo avanço da inflação.

O setor de serviços recuou quase 10% no consumo de energia, seguido pelo setor de madeira, papel e celulose (5,7% de queda), têxteis (4,5%) e minerais não-metálicos (4%).

Julio Wiziack e Diego Felix/Folhapress



Saiba o que pode e o que não pode ter no queijo, o frio favorito de paulistanos e cariocas



O queijo foi o frio mais procurado nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro no ano passado, de acordo com um levantamento feito pela consultoria de dados Kantar. Apesar de ter apresentado uma queda de 6% no consumo em relação a 2021, o alimento teve a preferência de 76% dos consumidores que diziam comer somente um frio por ocasião.

Segundo Matheus Peçanha, economista do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), os preços dos frios têm sido impactados pelos custos logísticos, energéticos e climáticos envolvidos na produção, especialmente em 2022, o que afetou o valor final e o consumo.

Dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), inflação oficial do país medida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostram que o preço do queijo teve um avanço de 1,97% em abril deste ano.

“Esses problemas estavam integrados e faziam essa linha produtiva de frios deixar de ser lucrativa, com muitos produtores preferindo focar mais no gado de corte, levando a um aumento no custo”, diz o economista.

Conheça a diferença entre os variados tipos de queijo. Embora tenham o leite como matéria-prima em comum, os variados tipos de queijo possuem características diferentes entre si, a depender de fatores como a ori-

gem animal e a fermentação.

Segundo especialistas consultados pela Folha, comercialmente, o queijo pode vir do leite da vaca, da cabra, da búfala ou da ovelha. Mas, além disso, os processos físico-químicos pelos quais esse alimento passa alteram suas propriedades e conferem a ele sabores diferentes.

“Queijo, para mim, é sensacional, porque a gente sai da mesma matéria-prima e, dependendo do processo, tem produtos completamente diferentes. A ciência e a arte caminham juntinhas”, afirma Alessandra Casagrande Ribeiro, pesquisadora do Centro de Pesquisas em Alimentos da USP (Universidade de São Paulo).

Paulo Ricardo e Patrick Fuentes/Folhapress

Política

Condenação no STF deve levar Collor à prisão só após julgamento de recursos



Mesmo que o STF (Supremo Tribunal Federal) conclua o julgamento do ex-presidente Fernando Collor (PTB) nesta quarta-feira (24) e o condene por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, a defesa ainda terá direito a apresentar recursos antes de uma eventual prisão.

Na última quinta-feira (18), o Supremo formou maioria para condenar o ex-presidente e ex-senador por esses dois crimes. O relator do caso, ministro Edson Fachin, votou pela condenação por uma pena de prisão de 33 anos, 10 meses e 10 dias, inicialmente em regime fechado.

No entanto, o tamanho da pena e as suas condições a chamada dosimetria ainda serão definidos pelos minis-

tros. Ainda não votaram os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e a presidente do Supremo, Rosa Weber.

Mesmo que o STF (Supremo Tribunal Federal) conclua o julgamento do ex-presidente Fernando Collor (PTB) nesta quarta-feira (24) e o condene por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, a defesa ainda terá direito a apresentar recursos antes de uma eventual prisão.

Na última quinta-feira (18), o Supremo formou maioria para condenar o ex-presidente e ex-senador por esses dois crimes. O relator do caso, ministro Edson Fachin, votou pela condenação por uma pena de prisão de 33 anos, 10 meses e 10 dias, inicialmente em regime fechado.

No entanto, o tamanho

da pena e as suas condições a chamada dosimetria ainda serão definidos pelos ministros. Ainda não votaram os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e a presidente do Supremo, Rosa Weber.

Há possibilidade de pedidos de vista (mais tempo para análise) que interrompam a tramitação do processo. O caso está próximo de prescrição.

Após a publicação do acórdão da decisão do colegiado, a defesa do ex-presidente poderá apresentar embargos de declaração, recurso que questiona omissões e contradições na decisão.

Segundo especialistas, também caberiam os chamados embargos infringentes, recurso apresentado contra um acórdão não unânime.

José Marques/Folhapress

Ricardo Nunes diz que não indicará filho de Milton Leite ao TCM-SP

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) tem dito a aliados que não vai indicar o filho do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), para a vaga que está prestes a abrir no Tribunal de Contas do Município. Milton Leite Filho (União Brasil-SP) tem falado a outros deputados estaduais que irá para a corte de contas.

Como mostrou o Painel, Nunes e Leite têm se estranhado a respeito da indicação. O presidente da Câmara diz que eles fecharam um acordo em 2020 de que ele escolheria o novo conselheiro, mas o prefeito nega a existência do acordo.

O imbróglio tem potencial explosivo: a indicação é do prefeito, mas precisa ser aprovada pelo Legislativo,

onde Leite tem grande influência.

A seus interlocutores, Nunes diz que topa conversar com Leite sobre a escolha de nomes, mas que o filho do vereador está descartado.

O conselheiro Mauricio Faria se aposentará do TCM-SP no fim de maio. Nunes tem Marcela Arruda (Gestão) como preferida para a vaga, transformando-a na primeira conselheira titular da história da corte de contas municipal. O secretário Ricardo Torres (Fazenda) também é cotado.

Em meio à tensão, o nome do secretário Edson Aparecido (Governo) tem sido discutido como solução provisória. Como a situação pode se arrastar pelos próximos meses, um conselheiro interino deve ocupar o lugar deixado por Faria.

Guilherme Seto/Folhapress



Ex-assessora acusa Joice de 'rachadinha'; dinheiro pagava até ração de gato



A ex-deputada federal Joice Hasselmann (sem partido-SP) está sendo acusada de usar o salário de uma ex-assessora para pagar gastos pessoais, que iam de combustível do carro até faculdade e ração dos gatos da filha.

Juliana Christine Pereira Bejes foi assessora de Joice durante um ano e oito meses. Nesse período, diz, ficou com somente dois salários. Os demais, segundo ela, foram entregues para a chefe -incluindo o auxílio-creche. Isto equivaleria a repasses mensais de R\$ 13,5 mil.

A ex-assessora também acusa Joice de assédio moral e afirma que várias vezes saiu do trabalho chorando por ser xingada de burra, tonta e in-

competente.

Ela encaminhou a denúncia para o Ministério Público Federal de São Paulo e enviou ao UOL notas fiscais, faturas de cartão de crédito e extratos de Pix usados para sustentar sua versão.

Joice negou as acusações, em áudios e vídeos enviados à reportagem. Diz que Juliana e o marido são achacadores que forjaram provas para tentar tirar dinheiro dela após a derrota nas eleições de 2022 e que vai à Justiça contra a ex-assessora.

A ex-deputada admite, no entanto, que entregava dinheiro ao marido de Juliana para pagar suas contas por estar com parte do salário bloqueado por causa de um processo judicial envolvendo a revista Veja.

Juliana sustenta as acusações e diz que o mecanismo para a devolução do salário era pagar despesas particulares da ex-parlamentar. Segundo a ex-funcionária, a ex-deputada pedia foto da nota fiscal para solicitar o reembolso pela Câmara dos Deputados.

A assessoria de comunicação do Ministério Público Federal confirma que recebeu os documentos de Juliana. Os procuradores avaliam o conteúdo das denúncias para decidir quais medidas adotar.

Em uma mensagem de WhatsApp enviada ao marido de Juliana, a ex-assessora é chamada de "fdp" porque não depositara o dinheiro aguardado por Joice. Felipe Pereira/Folhapress

Fusões & Aquisições

Fabricante de biscoitos Marilan busca comprador



A Marilan Alimentos está à venda, apurou o Pipeline. A companhia já engajou assessor financeiro e está aberta a tratativas por toda a operação ou por uma participação, segundo fontes.

É a segunda vez que a família Garla cogita a venda da companhia, que atua na fabricação de biscoitos, torradas, doces e snacks. Há quase uma década, a companhia mandou o BTG Pactual para uma venda, então por R\$ 600 milhões. O processo atraiu nomes como Bunge, Campbell, Nestlé e uma de suas principais concorrentes, a M Dias Branco. Mas a família conseguiu renegociar prazo

de dívidas e preferiu seguir no comando a dar o desconto pedido nas propostas.

Dona das marcas Marilan, Lev, Pit Stop, Teens e Vivale, o grupo agregou ao portfólio a fabricante de bolos Casa Suíça, adquirida há dois anos por R\$ 303 milhões. Em 2021, a companhia teve receita de R\$ 1,17 bilhão, com lucro líquido de R\$ 70 milhões, considerando um impacto tributário positivo da aquisição.

A Marilan destacou nos últimos balanços que o cenário macroeconômico e a pandemia vinham impactando a venda de biscoitos – o que também foi sentido por concorrentes. A M Dias Branco,

por exemplo, teve desempenho abaixo da expectativa de analistas no fim do ano, ao aumentar a venda de insumos como farinha mais do que crescimento em biscoitos.

O rol de potenciais interessados na fabricante de biscoitos, desta vez, inclui a própria M Dias Branco e Mondelez, avaliam fontes. Curiosamente, essa é a segunda companhia de snacks colocada à venda neste ano que é fundada e continua operando em Marília, no interior de São Paulo. A outra é a Dori Alimentos.

Procurada, a Marilan disse que não iria falar sobre o assunto neste momento. BizNews

Oncoclínicas compra fatias da Unimed-Rio no Ceon e no Hospital Marcos Moraes por R\$ 350 mi

A Oncoclínicas (ONCO3) adquiriu as participações da Unimed-Rio no Centro de Excelência Oncológica (Ceon) e no Hospital Marcos Moraes por aproximadamente 350 milhões de reais. Agora, a Oncoclínicas detém indiretamente 100% de ambos os ativos.

O Ceon, localizado na Barra da Tijuca, é uma joint venture entre a Oncoclínicas e a Unimed-Rio, especializado em tratamento ambulatorial oncológico e de síndromes inflamatórias imuno-mediadas. A Oncoclínicas comprou a fatia de 50% do centro que ainda não possuía.

O Hospital Marcos Moraes, no Méier, é um centro

de tratamento de câncer. A Oncoclínicas adquiriu os 49,99% restantes do ativo.

O pagamento da transação será feito em parte através de recebíveis devidos pela Unimed-Rio e em dinheiro, dividido em três parcelas anuais, sendo a primeira no fechamento do negócio. O valor exato de cada forma de pagamento não foi divulgado.

A transação está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Oncoclínicas espera reduzir a participação minoritária em seus resultados e avançar na otimização de sua estrutura fiscal ao deter indiretamente 100% de mais duas subsidiárias. BizNews



Valid, empresa que emite RGs e CNHs no Brasil, compra startup de olho no setor privado



A Valid é uma empresa que está presente no dia a dia dos brasileiros, mas cujo nome não está imediatamente associado à sua importância. Avaliada em R\$ 1,09 bilhão na B3, ela é a principal emissora de documentação civil do Brasil, sendo responsável por 80% das CNHs e 60% dos RGs emitidos no país. Desde a captura biométrica até a entrega dos documentos aos cidadãos, a Valid cuida de todo o processo, emitindo mensalmente mais de sete milhões de documentos. Com seu sólido histórico no setor público e resultados recordes no início de 2023, a empresa agora está se preparando para expandir sua presença no setor privado.

Nesta terça-feira (23), a empresa concluiu a aquisição da FlexDoc, uma startup es-

pecializada em automação de processos e validação digital de usuários. Em outras palavras, trata-se de uma empresa com a tecnologia necessária para verificar a identidade das pessoas durante o cadastro biométrico, como ao abrir uma conta bancária enviando uma foto e um documento. A Valid adquiriu 100% do capital da startup por R\$ 20 milhões, provenientes de seus próprios recursos, e ainda pagará uma parcela adicional condicionada à lucratividade em 2023 e 2024, período em que os fundadores permanecerão à frente do negócio.

Embora a empresa não divulgue a receita potencial proveniente dessa nova aquisição, ela revela que o segmento de onboarding digital (ou seja, cadastro inicial) no setor financeiro já vale R\$ 700 milhões no Brasil. A Va-

lid busca alcançar uma posição relevante, representando de 20% a 30% desse mercado. Essa aquisição é uma alternativa para impulsionar o crescimento orgânico da empresa, que teve resultados recordes no primeiro trimestre de 2023, com um lucro líquido de R\$ 65 milhões. Com mais de 4 mil funcionários e presença em 15 países, o crescimento da empresa está relacionado ao aumento da receita em cada uma de suas três divisões.

Atualmente, além da área de identificação, a Valid possui uma divisão de Pagamentos, a qual é a maior em receita e oferece soluções para transações financeiras digitais, desde a produção de cartões até o ecossistema de pagamentos e emissão de boletos físicos e digitais. BizNews

**Clínicas do Brasil Holding S.A.**

CNPJ nº 23.670.693/0001-25 - NIRE 35.300.484.592

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Reunião Digital: Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_M2lzZTk2NGItNzY3NC00MGFlTgWYzEtNjYyZWVkbWVhODZl%40thread.v2?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%220id%22%3a%22f0b5e4-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7d

ID da Reunião nº: 210 071 134 86. Ficam convocados os acionistas da **Clínicas do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunir em AGE da Companhia ("Assembleia Geral"), no dia **31/05/2023, às 10hs**, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81") e nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (i) a celebração do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da SF 640 Participações Societárias Ltda. pela Clínicas do Brasil Holding S.A.", celebrado entre as administrações da Companhia e da **SF 640 Participações Societárias Ltda.**, sociedade empresária limitada, CNPJ/MF nº 49.571.648/0001-07 e registrada na JUCESP/NIRE 35.260.725.110, com sede na Cidade de São José dos Campos/SP, na Avenida Tivoli, nº 279, Vila Betânia, CEP 12.245-230 ("SF 640") e "Protocolo e Justificação SF 640"; (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação **BR Efforts Serviços Contábeis S/S Ltda.**, sociedade simples limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, 10º andar, conjunto 102, Jardim Paulista, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.255.457/0001-82, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP024027/00 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação contábil da SF 640 para fins de incorporação da SF 640 pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora; (iv) a proposta de incorporação da SF 640 pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação SF 640; (v) o aumento do capital social da Companhia, e consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, decorrente da incorporação da SF 640; e (vi) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da incorporação da SF 640. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos Vicente (Jurídico), e-mail: patricia.passos@gopy.com.br, com, no mínimo, 2 dias úteis de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, cartearias de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou cartearias funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e/ou (iii) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia Geral por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhar a verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido e (b) a necessidade de reificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Por fim, lembramos que os acionistas minoritários vinculados ao Acordo de Acionistas Minoritários da Companhia celebrado em 15.05.2021 deverão observar as disposições relacionadas ao Voto em Bloco, devidamente descritas nas Cláusulas 3.1 e seguintes de referido Acordo. Desta forma, considera-se convocada nesta data a Reunião Prévvia, que deverá ser realizada em até 2 horas antes do horário da Assembleia, na qual os Acionistas Minoritários deverão apresentar voto, dissidência e/ou protesto por escrito, de modo a estabelecer a orientação de voto do Bloco de Acionistas Minoritários. Após o encerramento da Reunião Prévvia, deverá ser lavrada a ata com a orientação de voto adotada pelos Acionistas Minoritários, que será entregue pelo Sr. Ruy Cunha ao presidente ou secretário da Assembleia. Isto posto, a Companhia informa que, nos termos do §8º do art. 118 da Lei das S.A., não serão computados os votos preferidos na Assembleia que estejam em desacordo com o disposto no Acordo de Acionistas, notadamente com relação à dinâmica do Voto em Bloco. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. SP, 23/05/2023. **Ana Teresa do Amaral Meirelles**, Presidente do Conselho de Administração. (23, 24 e 25/05/23)

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 23/05/2023, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, nº1909 - 9º andar - Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, a fim de deliberarem em Assembleia Geral Extraordinária: (i) eleger o Sr. **José Antônio Miguel Neto**, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) eleger o Sr. **José Florêncio Rodrigues Neto** para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) apresentar a composição do Conselho de Administração; e; (iv) aprovar a distribuição de juros a título de remuneração sobre o capital próprio aos sócios da Companhia, referente ao período de 01/01/2023 a 31/05/2023 no valor bruto total de R\$ 2.120.244,75, de forma proporcional às suas participações acionárias, pagamento este que será feito conforme disponibilidade de caixa da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 23/05/2023. **Marilena Rodrigues Vasone**, Presidente do Conselho de Administração. (23, 24 e 25/05/23)

Adonai Química S/A

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88 - NIRE 35.300.156.315

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023

Realização e Local: 28/04/2023, às 11h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presenças:** Dispensada a Convocação em razão da presença de 100% dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Carlos Cesar Floriano e Secretário: Joacks de Paula Lemos. **Ordem do Dia:** (a) exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (b) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (c) determinação da remuneração dos Diretores; (d) Eleição da Diretoria. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** (a) O Relatório de Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (b) Do resultado apurado no exercício encerrado em 31/12/2022, no montante de R\$ 9.110.585,38, restará em 31/12/2022 o montante de R\$ 5.842.162,87, mantidos em reservas de lucros retidos para aplicação no plano orçamentário da companhia; (c) A remuneração total da Administração paga em 2022, no valor total anual de R\$ 509.464,14, e a remuneração para o exercício de 2023, no valor total anual de até R\$ 499.175,40; (d) A reeleição da atual Diretoria, com mandato de 3, tendo a seguinte composição: **Diretor Presidente Sr. Américo Relvas da Rocha**, RG nº 8.072.622-SSP-SP e CPF/MF nº 008.010.518-19; **Diretor Administrativo e Financeiro Sr. Luiz Gustavo Batista**, RG nº 29.109.151-9-SSP-SP, CPF/MF nº 214.285.598-92; **Diretor Técnico de Engenharia: Sr. Leandro Luiz Chiachio**, RG nº 26.459.564-6-SSP-SP, CPF/MF nº 159.398.588-64; **Diretor Operacional Sr. Márcio Luiz de Jesus Mendes**, RG nº 24.206.931-9-SSP-SP, CPF/MF nº 134.081.248-76. Os novos mandatos iniciaram em 11.05.2023, com término em 10.05.2026. Os Diretores declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Companhia, nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Foi autorizada a publicação desta ata em forma de extrato. **Aprovação e Assinatura da Ata:** Esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes: **Acionistas:** O quadro atualizado de participação societária no Capital Social da Companhia, é o seguinte: Kadosh Participações Ltda., 213.600 Ações ON, Aba Infra-Estrutura e Logística S/A, 711.120 Ações ON, Alípio José Gusmão dos Santos, 180.840 Ações ON, Carlos Cesar Floriano, 394.440 Ações ON. **Total: 1.500.000 Ações ON.** Mesa: **Luis Antonio Floriano** - Presidente; **Joacks de Paula Lemos** - Secretário. **Acionistas: Kadosh Participações Ltda.**, Alípio José Gusmão dos Santos; **Alípio José Gusmão dos Santos; Aba Infra-Estrutura e Logística S/A**, Luis Antonio Floriano e Leandro Luiz Chiachio; **Carlos Cesar Floriano**, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 199.443/23-3 em 16/05/2023. **Maria Cristina Frei** - Secretária Geral.

Olimalu Administração e Participações S/A

CNPJ em constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 20 de dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: 20/12/2022, às 10h, na Rua Doutor José Auro Bustamante, nº 301, apto 41º, Chácara Santo Antônio, São Paulo-SP. **2. Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social da sociedade a ser constituída, sendo dispensada a publicação dos Editais de Convocação. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Celso Guimarães Ferrer Júnior. Secretária: Sra. Lisandra Barros Resende Ferrer. **4. Ordem do Dia:** (I) Aprovação da constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob a denominação de **Olimalu Administração e Participações S/A**; (II) Após a aprovação da constituição da Companhia, realização da subscrição de 5.090.062 ações; (III) Apreciação do laudo de avaliação; e (IV) Eleição da diretoria para o triênio 2022/2025. **5. Deliberações:** I - A presente Assembleia tinha como finalidade precipua a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado regida pela Lei nº 6404, de 15/12/1976. II - Os subscritores aprovaram, por unanimidade, a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado, sob a denominação de **Olimalu Administração e Participações S/A**, a ser regida pelo Estatuto Social integrante desta ata como "Anexo II". III - Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o "Boletim de Subscrição" foi devidamente preenchido e o capital social de R\$ 5.090.062,00, totalmente subscrito, cuja integralização se fará neste ato mediante conferência de bens imóveis e móveis de propriedade dos subscritores. IV - Foi informado que os bens imóveis e móveis incorporados à sociedade foram adquiridos na constância do casamento dos subscritores, os quais manifestaram anuência recíproca com a integralização mediante a conferência dos referidos bens imóveis e móveis. V - Havendo a aprovação unânime e sem quaisquer restrições quanto à forma de sua integralização, o Senhor Presidente disse que a Assembleia deveria nomear a empresa que iria proceder com a avaliação dos bens oferecidos para a integralização do capital social, cuja indicação recaiu sobre a seguinte sociedade: VI - **Wimar Imóveis Ltda.**, com sede na Rua XV de Novembro, nº 184, 10º andar, conjunção 1.005/1.006, Centro, São Paulo-SP, neste ato representada por **Marcos William Adib Dib**, inscrito no CRECI/SP sob nº 186.239, RG sob nº 19.537.122-7 SSP/SP e CPF sob nº 205.377.378-20. VII - A empresa avaliadora foi consultada e disse que já previamente tinha sido incumbido de avaliar os bens imóveis dos subscritores, e, uma vez aceito o encargo proposto, declarou que já tinha elaborado o Laudo de Avaliação. VIII - O Senhor Presidente consultou os subscritores se necessitavam de alguns esclarecimentos quanto à avaliação ora processada e como não houvesse qualquer manifestação em contrário, deu-se por aprovado o **Laudo de Avaliação** em todos os seus termos, ficando, doravante definitivamente incorporado ao capital social os bens imóveis e móveis, descritos com minúcia, características e valores no referido **Laudo de Avaliação**, que ficará fazendo parte integrante desta ata como "Anexo III". VIII - Os subscritores declaram que os bens imóveis e móveis descritos no **Laudo de Avaliação** e conferidos à sociedade estão isentos de quaisquer ônus e que não recaem sobre eles ações de direito real ou pessoal ou ações reipersecutórias que possam afetá-los, estando quites com as obrigações condominiais e não estarem incursos nas restrições da Lei de Previdência. IX - Foi eleita para integrar a Diretoria da Companhia, pelo prazo de 03 anos, a Sra. **Lisandra Barros Resende Ferrer**, RG 68.459.166-2 SSP/SP e CPF sob nº 013.779.026-09, que ocupará o cargo de Diretora Presidente, a qual toma posse e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lavrada. **Mesa: Celso Guimarães Ferrer Júnior** - Presidente; **Lisandra Barros Resende Ferrer** - Secretária. **Acionistas e Subscritores: Celso Guimarães Ferrer Júnior, Lisandra Barros Resende Ferrer. Advogado: Thiago Ceravolo Laguna OAB: 182.696. Anexo III - Laudo de Avaliação. Wimar Imóveis Ltda.**, com sede social na Rua XV de Novembro, nº 184, 10º andar, conjunção 1.005/1.006, bairro Centro, CEP 01013-000, na Capital do Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.219.221.382 e CNPJ 40.703.41/0001-23, neste ato representada por seu sócio administrador **Marcos William Dib**, brasileiro, bacharel em direito e corretor de imóveis inscrito no CRECI/SP - Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo, sob nº 186.239, portador da cédula de identidade RG sob nº 19.537.122-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 205.377.378-20, com escritório nesta Capital, no endereço acima, apresenta o LAUDO DE AVALIAÇÃO nos seguintes termos: **I - Finalidade da Avaliação.** O presente Laudo tem por finalidade avaliar os bens imóveis conferidos pelos subscritores **Celso Guimarães Ferrer Júnior e Lisandra Barros Resende Ferrer** para a integralização do capital social da empresa **Olimalu Administração e Participações S/A**. **II - Elementos Avaliados.** Os bens imóveis conferidos pelos subscritores são os seguintes: 1 - 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - Matrícula 264.297: Imóvel: Apartamento Tipo nº 41, localizado no 4º pavimento da Torre A do Condomínio Residencial RSP, situado na Rua Dr. José Auro Bustamante, nº 301, no 30º Subdistrito, birapuera, com a área privativa de 295,420m2 (sendo 247,000 m2 de área privativa principal, já incluída a área correspondente ao hall; 45,120m2 de área privativa acessória, correspondente às vagas de garagem nºs 126, 139, 127 e 140, localizadas no 1º subsolo; e, 3,300m2 de área privativa acessória, correspondente ao depósito nº 32, localizado no 1º subsolo); e área comum de 117,777m2; e a área total de 413,197m2, equivalente a uma fração ídica de 0,003670 no terreno e nas partes de propriedade e uso comum do condomínio. Cadastrado na Municipalidade sob nº 085.541.0286-1 (em maior área). Dito imóvel foi adquirido por **Celso Guimarães Ferrer Júnior e Lisandra Barros Resende Ferrer** através da Escritura Pública datada de 19 de dezembro de 2018, lavrada no 30º Tabelião de Notas de São Paulo, livro nº 469, fls. 279/284, sendo vendentes **Atenas SP 02 Empreendimento Imobiliário Ltda.**, pelo preço de R\$ 1.845.703,58 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e três reais e cinquenta e oito centavos), registrado no 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, sob matrícula nº 264.297, cadastrado pela Prefeitura Municipal de São Paulo sob contribuinte nº 085.541.0286-1, que os subscritores **Celso Guimarães Ferrer Júnior e Lisandra Barros Resende Ferrer** conferem à sociedade pelo valor de R\$ 2.190.062,00 (dois milhões, cento e noventa mil e sessenta e dois reais). 2 - 1º Oficial de Registro de Imóveis Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Jundiaí - Matrícula 120.714: **Imóvel:** Um lote de terreno sob nº 02 (dois) da quadra "0", do loteamento denominado "Loteamento da Prata", situado na cidade e município de Itupeva, desta comarca, com a área de 3.362,40 metros quadrados, considerando que o observador encontra-se na Rua Doze (12), medindo quarenta e cinco metros (45,00m) em linha reta; no lado esquerdo mede setenta e quatro metros e setenta e dois centímetros (74,72m) em linha reta; no lado direito mede setenta e quatro metros e setenta e dois centímetros (74,72m) em linha reta confrontando com o lote número dez (10) e no lado direito mede setenta e quatro metros e setenta e dois centímetros (74,72m) em linha reta confrontando com o lote número (03). Cadastrado na Municipalidade sob nº 01.57.016.0528.001-5. Dito imóvel foi adquirido por **Celso Guimarães Ferrer Júnior e Lisandra Barros Resende Ferrer**, através da Escritura Pública datada de 01 de fevereiro de 2021, lavrada no 13º Tabelião de Notas da cidade de São Paulo, livro nº 5.300, fls. 121/124, sendo vendedor Pátria Construtora e Incorporadora Ltda., pelo preço total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), registrado no 1º Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Jundiaí, sob matrícula nº 120.714, cadastrado pela Prefeitura Municipal de Indaiatuba sob contribuinte nº 01.57.016.0528.001-5, que os subscritores **Celso Guimarães Ferrer Júnior e Lisandra Barros Resende Ferrer** conferem à sociedade pelo valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Os bens móveis conferidos pelos subscritores são os seguintes: 1 - Um Título da Classe 1.a do "Clube Praia da Grama", cujo projeto imobiliário (Projeto Praia da Grama), encontra-se em fase de desenvolvimento sobre o imóvel localizado na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 166.544 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo, que será desenvolvido na forma de loteamento e integrará o complexo imobiliário denominado ("Fazenda da Grama"). Dito título foi adquirido por **Celso Guimarães Ferrer Júnior e Lisandra Barros Resende Ferrer**, através do instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Títulos datada de 11 de março de 2021, sendo vendedor Praia da Grama Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., pelo preço total de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), que os subscritores **Celso Guimarães Ferrer Júnior e Lisandra Barros Resende Ferrer** conferem à sociedade pelo valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). **III - Critérios para a Avaliação.** O critério usado para a avaliação dos bens foi o seu exame de toda documentação e registro nas circunscrições imobiliárias e utilizando-se dos elementos comparativos do imóvel avaliado pelo preço de custo e aquisição e constante da declaração de renda dos subscritores na data de sua incorporação, tudo de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **IV - Conclusão.** O perito responsável examinou cuidadosamente os bens acima descritos e concluiu que o valor dos bens é de R\$ 5.090.062,00 (cinco milhões e noventa mil e sessenta e dois reais), o que representa o total do presente laudo. São Paulo, 29 de novembro de 2022. **Wimar Imóveis Ltda.**, **Marcos William Dib**, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o NIRE 35.300.609.280 em 06/02/2023. **Gisela Simiema Ceschin** - Secretária Geral.

Cotação das moedas

| | |
|-----------------------------|--|
| Coroa (Suécia) - 0,4616 | Peso (México) - 0,2777 |
| Dólar (EUA) - 4,9474 | Peso (Uruguai) - 0,1281 |
| Franco (Suíça) - 5,4625 | Yuan (China) - 0,7009 |
| Iene (Japão) - 0,03555 | Rublo (Rússia) - 0,06215 |
| Libra (Inglaterra) - 6,1189 | Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3234 |
| Peso (Argentina) - 0,02099 | |
| Peso (Chile) - 0,006098 | |

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,9468 / R\$ 4,9474 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9520 / R\$ 4,9540 *

Turismo - R\$ 5,0700 / R\$

5,1450

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,34%

OURO BM&F

R\$ 308

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -1,03%

Pontos: 108.799

Volume financeiro: R\$

23,330 bilhões

Maiores altas: Petz ON

(2,74%), Meliuz ON

(2,38%), BB Seguridade

ON (1,95%)

Maiores baixas: CVC

Brasil ON (-7,57%), Dex-

co ON (-6,40%), BRF

ON (-5,55%)

S&P 500 (Nova York):

-0,73%

Dow Jones (Nova York):

-0,77%

Nasdaq (Nova York):

-0,61%

CAC 40 (Paris): -1,7%

Dax 30 (Frankfurt):

-1,92%

Financial 100 (Londres):

-1,75%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,89%

Hang Seng (Hong Kong):

-1,62%

Shanghai Composite

(Xangai): -1,28%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): -1,38%

Merval (Buenos Aires):

0,26%

IPC (México): 0,51%

ÍNDICES DE**INFLAÇÃO****IPCA/IBGE**

Abril 2022: 1,06%

Maio 2022: 0,47%

Publicidade Legal

... continuação

Focus Holding Financeira S.A.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Focus Holding Financeira S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Focus Holding Financeira S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Focus Holding Financeira S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Exercício anterior não auditado:** Chamamos a atenção para o fato de que não exa-

minamos o balanço patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 12 de maio de 2023.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.685/O-0F-SP

Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP 295.315/O-4

Adecco Recursos Humanos S.A.

CNPJ/MF nº 35.918.663/0001-74

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 (Em milhares de reais)

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | | | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|---|---------------|----------------|----------------|--|------|--------------|---------------|---|---------------------------|----------------|----------------|--|--|--|--|
| Ativo | Nota | 2022 | 2021 | Passivo e patrimônio líquido | Nota | 2022 | 2021 | Receita líquida da prestação de serviços | Nota | 2022 | 2021 | Fluxo de caixa das atividades operacionais | Nota | 2022 | 2021 | | | | |
| Circulante | | | | Circulante | | | | de serviços | | | | Lucro antes do IRPJ e da CSLL | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.582 | 9.485 | Empréstimos | 15 | 6.122 | 7.000 | Custos dos serviços prestados | 18 | (391.572) | (294.913) | Lucro antes do IRPJ e da CSLL | | 3.555 | 10.797 | | | | |
| Contas a receber líquidas | 5 | 94.369 | 69.524 | Fornecedores | | 3.324 | 1.772 | Lucro bruto | | 88.248 | 79.713 | Ajustes por itens que não afetam o caixa: | | | | | | | |
| Impostos a recuperar | 6 | 9.103 | 7.815 | Passivo de arrendamento | 14 | 1.555 | 760 | Despesas operacionais | | | | Amortização de direito de uso | 14 | 1.491 | 764 | | | | |
| Despesas antecipadas | | 2.749 | 2.573 | Impostos a recolher | 10 | 14.592 | 9.591 | Despesas administrativas | 19 | (51.781) | (43.451) | Atualização monetária de passivo de arrendamentos | | 426 | 37 | | | | |
| Outros créditos | | 523 | 669 | Obrigações trabalhistas | 11 | 32.644 | 24.494 | Despesas com serviços profissionais | 19 | (30.210) | (18.216) | Depreciação | 8 | 1.056 | 806 | | | | |
| Total do ativo circulante | | 114.326 | 90.066 | Partes relacionadas | 12 | 17.477 | 2.471 | Depreciação e amortização | | (1.508) | (1.099) | Amortização | 9 | 451 | 293 | | | | |
| | | | | Parcelamentos REFIS | | 127 | 120 | Despesas com acordos trabalhistas | | (37) | (48) | Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa | | 346 | (133) | | | | |
| | | | | Bonus a pagar | | 2.021 | 1.985 | (Despesas) provisão/reversão de demandas judiciais e administrativas | | 1.624 | (2.938) | Provisão (reversão) de demandas judiciais e administrativas | 13 | (2.124) | 2.815 | | | | |
| | | | | Outros débitos | | 2.356 | 1.478 | Lucro antes das despesas financeiras | | 6.223 | 13.955 | Atualização Refis | | (7) | (4) | | | | |
| | | | | Total do passivo circulante | | 80.218 | 49.671 | Resultado financeiro | 20 | (2.668) | (3.158) | Baixa de ativo imobilizado | 8 | 124 | 26 | | | | |
| | | | | Não circulante | | | | IRPJ e CSLL corrente | 21 | (451) | (3.165) | Baixa de ativo intangível | 9 | 37 | 4 | | | | |
| Depósitos judiciais | 7/13 | 7.086 | 7.963 | Passivo de arrendamento | 14 | 2.529 | 570 | IRPJ e CSLL diferido | 21 | - | 2.678 | Atualização monetária de depósito judicial | | (301) | (129) | | | | |
| Impostos a recuperar | 6 | 3.301 | 3.301 | Provisão demandas judiciais e administrativas | 13 | 4.722 | 6.857 | Lucro do exercício | | 3.104 | 10.310 | Juros sobre empréstimo | | 25 | - | | | | |
| Partes relacionadas | 12 | 6.905 | 1.424 | Passivo diferido | | 382 | 383 | Lucro do exercício | | 3.104 | 10.310 | Redução (aumento) nos ativos: | | | | | | | |
| Imobilizado | 8 | 4.220 | 2.896 | Total do passivo não circulante | | 7.633 | 7.810 | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | Contas a receber | 5 | (25.191) | (31.379) | | | | |
| Direitos de uso | 14 | 3.903 | 1.273 | Patrimônio líquido | | | | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES | | | | Impostos a recuperar | 6 | (200) | (208) | | | | |
| Intangíveis | 9 | 1.326 | 1.598 | Capital social | 16.1 | 49.683 | 49.683 | Lucro do exercício | | 3.104 | 10.310 | Despesas antecipadas | | (176) | (269) | | | | |
| Diferido | | 3.060 | 3.060 | Reserva de capital | | 55 | 55 | Outros resultados abrangentes | | - | - | Outros ativos | | 146 | (93) | | | | |
| Total do ativo não circulante | | 29.801 | 21.515 | Reserva de lucros | | 6.538 | 4.362 | Resultado abrangente do exercício | | 3.104 | 10.310 | Partes relacionadas | | (5.481) | (756) | | | | |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 56.276 | 54.100 | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | Diferido | | - | (3.060) | | | | |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 144.127 | 111.581 | A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. 1.2 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas melhores estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A autorização para conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria de 23/05/2023. | | | | Depósitos Judiciais pagos (recuperados) | | 1.178 | (173) | Aumento (redução) nos passivos: | | | |
| Total do ativo | | 144.127 | 111.581 | Capital Reserva de Reserva Reserva de Lucros (prejuízos) Patrimônio Social Capital Legal lucros a realizar Acumulados Líquido | | | | Lucro do exercício | | 3.104 | 10.310 | Fornecedores | | 1.552 | 685 | | | | |
| | | | | Saldos em 31/12/2020 | 6.107 | 55 | - | Outros resultados abrangentes | | - | - | IRPJ e CSLL Pagos | | (1.088) | (3.192) | | | | |
| | | | | Aporte de capital social | 43.576 | - | - | Resultado abrangente do exercício | | 3.104 | 10.310 | Tributos a recolher | | 5.001 | 3.586 | | | | |
| | | | | Lucro do exercício | - | - | - | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | Pgtos. demandas judiciais e administrativas | | (11) | (1.585) | | | | |
| | | | | Reserva legal | - | 218 | - | | | | | Obrigações trabalhistas | | 8.150 | 6.791 | | | | |
| | | | | Reserva de lucros a realizar | - | - | 4.144 | | | | | Partes relacionadas | | 15.006 | (34.801) | | | | |
| | | | | Saldos em 31/12/2021 | 49.683 | 55 | 218 | | | | | Passivo diferido | | 1 | 382 | | | | |
| | | | | Lucro do exercício | - | - | - | | | | | Outros passivos | | 889 | 1.025 | | | | |
| | | | | Dividendos pagos | - | - | - | | | | | Caixa proveniente das ativ. operacionais | | 4.855 | 47.771 | | | | |
| | | | | Reserva legal | - | 155 | - | | | | | Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | | | | |
| | | | | Reserva de lucros a realizar | - | - | 2.021 | | | | | Aquisição de ativos imobilizados | 8 | (2.918) | (1.439) | | | | |
| | | | | Saldos em 31/12/2022 | 49.683 | 55 | 373 | | | | | Aquisição de ativos intangíveis | 9 | (216) | (273) | | | | |
| | | | | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | | Caixa aplicado nas ativ. de investimento | | (3.134) | (1.712) | | | | |
| | | | | NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | | | | | |
| | | | | 1. Informações sobre a Companhia: A Adecco Recursos Humanos S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "Adecco") tem sede na cidade de São Paulo, à Avenida Paulista, 283 - 17º Andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Brasil. A Companhia foi constituída em 10/04/2002 sob a forma de Sociedade por ações de capital fechado e tem como atividade principal a locação de mão de obra temporária e a prestação de serviços de administração de mão-de-obra temporária na forma da Lei nº 6.019/74, a prestação de serviços de recrutamento e seleção de profissionais e terceirização de serviços profissio- | | | | | | | | | Integralização de Capital | | - | 43.576 | | | |
| | | | | nal. Em 10/12/2021, a Companhia aumentou o capital para R\$ 49.683 com um aumento de R\$ 43.576, mediante a emissão de 435.758 (quatrocentos e trinta e cinco mil, seletentas e cinquenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 100,00 (cem reais) por ação, sendo este valor subscrito e integralizado pela acionista Adecco Agroup AG. Com isso a Companhia passou a ter 1.316.244 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, duzentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 3 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 5,00 (cinco reais) cada. | | | | | | | | Pagamento de empréstimos | | 6.097 | 7.000 | | | | |
| | | | | André Carlos Alves Vicente – Diretor Presidente | | | | | | | | Pagamento de passivo de arrendamento | | (1.793) | (844) | | | | |
| | | | | Fabia Kapran de Araujo – Contadora - CRC 1SP-233042/O-4 | | | | | | | | Dividendos pagos | | (928) | - | | | | |
| | | | | Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | | | | | | | | Caixa aplicado nas atividades de financiamento | | (3.624) | 49.732 | | | | |
| | | | | é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam | | | | | | | | Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa | | (1.903) | 249 | | | | |
| | | | | influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelos diretores. - Concluímos sobre a adequação do uso, pelos diretores, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos | | | | | | | | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 9.485 | 9.236 | | | | |
| | | | | que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 23/05/2023 | | | | | | | | Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 7.582 | 9.485 | | | | |
| | | | | Ernst & Young Auditores Independentes S/S CRC SP-034519/O | | | | | | | | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | |
| | | | | Rita de C. S. Freitas Contadora CRC-1SP214160/O-5 | | | | | | | | | | | | | | | |

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Asses nossos (ite pelo link abaixo) no apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

PP Promotora de Vendas S.A.

CNPJ/ME nº 18.249.116/0001-24

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, a PP Promotora de Vendas S.A. (denominada "BPC") é uma prestadora de serviços que atua no seguimento de correspondentes bancários no Brasil, através de um marketplace de crédito. A PP Promotora de Vendas S.A. (denominada "BPC") é uma empresa do ramo financeiro baseada em tecnologia (fintech). Ela tem por objetivo universalizar e facilitar a interação entre as pessoas e as instituições financeiras que operam com crédito através de um ambiente interativo chamado marketplace. Sua trajetória iniciou-se em 2013 e, desde então, agrega inúmeras parcerias e clientes que já somam mais de 10 milhões, onde já foram originados mais de 1,5 bilhões em créditos. A BPC é um marketplace de crédito e, visto o número de interações com a ferramenta digital, cumpre seu objetivo com seus usuários e parceiros. **Mensagem da Administração:** O ano de 2022 foi marcado por muitos desafios e, neste contexto, a BPC promoveu ações de crescimento de sua carteira de parcerias e interações de pessoas com as instituições financeiras, sem deixar de realizar os ajustes necessários em seus modelos e controles,

em decorrência das principais oscilações do mercado brasileiro identificadas no período, tais como: (i) o aumento da inadimplência; (ii) a alta da inflação; (iii) o aumento da taxa de juros básica; e (iv) o aumento do desemprego no Brasil. Nesse contexto, em 25 de fevereiro de 2022 a controladora dessa Companhia (FCBPC Holding S.A.) realizou uma combinação de negócios com a controlada FC Financeira S.A. - CFI (denominada "Qista"), que foi comunicada ao BACEN (Banco Central do Brasil). A combinação de negócios foi operacionalmente concluída em abril/22, quando os times foram integrados e iniciou-se um processo de reestruturação, que inclui: (i) a integração das áreas e departamentos; (ii) a revisão de todos os processos de cada área; (iii) a otimização das despesas e custos; (iv) o replanejamento orçamentário; (v) a reorganização da arquitetura de Tecnologia da Informação; e (vi) a renegociação dos principais contratos de prestação de serviços de terceiros. Em 31 de dezembro de 2022, a BPC registrou ativos totais de R\$ 2,954 milhões e gerou receitas bruta de prestação de serviços que totalizaram R\$ 15,773

milhões. O take-rate médio das operações junto aos parceiros ficou em 7%, com tendência de subida para os anos seguintes. Para 2023 a BPC busca retomar parcerias, maximizar produção e aumentar sua eficiência. Adicionalmente, a companhia vem adotando estratégias de marketing, com foco cada vez mais na ativação da base de usuários já existente. Tal ação resulta em custos alocados de maneira mais eficiente, com impacto positivo sobre as margens operacionais. Ademais, há macro ações que são norteadoras para os agentes envolvidos no negócio buscarem os objetivos da companhia, como, por exemplo: • Otimização do "topo do funil" de crédito e maximização da eficiência do processo do funil como um todo; • Expansão de novos credores que visa otimizar o custo do funil e aumentar o índice de cobertura junto ao cliente; • Terceirização de atividades; • Renegociação com fornecedores. Com a conjugação dessas ações, se pretende alcançar o breakeven do fluxo de caixa da BPC ainda no ano de 2024, dado o grande potencial de geração de negócios pelo marketplace e pelas parcerias que estão sendo

firmadas ao longo desse novo ano. Para os demais anos, a BPC projeta forte expansão dos serviços, e já em 2023, conta com um aumento na receita com o CaaS (Credit as a Service), que é uma linha de negócio em franca expansão e, por ter um maior valor agregado, é um forte impulsionador de receitas no curto prazo. Além disso, estamos expandindo o portfólio de produtos como FGTS, PJ (MEI), Cartão Benefício, Consignado e BNPL. No compasso do aumento de receitas, se espera a diminuição do gasto operacional, gerando maior margem ao negócio. As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Qista.

São Paulo, 12 de abril de 2023

A Diretoria

| Balanco Patrimonial (Valores em Reais) | | | |
|--|----------|------------------|------------------|
| Ativo | Nota | 31/12/22 | 31/12/21 |
| Ativo circulante | | 2.257.248 | 4.354.847 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 75.384 | 1.408.591 |
| Caixa e bancos | | 22.773 | 915.590 |
| Aplicações Financeiras | | 52.611 | 493.001 |
| Contas a receber | | 47.666 | 1.840.724 |
| Rendas a receber | 5 | 47.666 | 1.840.724 |
| Outros créditos | | 2.081.673 | 960.918 |
| Adiantamentos | 6 | 1.133.228 | 173.562 |
| Impostos a recuperar | 7 | 948.445 | 787.355 |
| Outros valores e bens | | 52.255 | 144.614 |
| Despesas antecipadas | | 52.255 | 144.614 |
| Ativo não circulante | | 696.735 | 1.133.679 |
| Realizável a longo prazo | | 30.882 | 141.815 |
| Outros créditos | | 30.882 | 141.815 |
| Empréstimos concedidos | | 30.882 | 37.056 |
| Adiantamentos | 6 | - | 104.759 |
| Imobilizado de uso | 8 | 662.696 | 984.575 |
| Outros bens do imob de uso | | 1.835.184 | 1.835.184 |
| (Depreciações acumuladas) | | (1.172.488) | (850.609) |
| Intangível | 8 | 3.157 | 7.289 |
| Gastos de organização e expansão (Amortizações acumuladas) | | (17.503) | (13.371) |
| Total do ativo | | 2.953.983 | 5.488.525 |

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em R\$)

1. Informações gerais – 1.1. Contexto operacional: A PP Promotora de Vendas S.A. ("Bom Pra Crédito" ou "BPC"), situada à Avenida Magalhães de Castro 4.800 – Cidade Jardim – São Paulo/SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 04 de junho de 2013, com prazo indeterminado de duração. A Companhia tem por objeto social a exploração de análises de cadastros para aprovação de crédito, compilação e consulta de informações sobre o histórico de crédito de pessoas para os clientes de sua plataforma, informações cadastrais gerais para avaliação de capacidade de crédito de pessoas físicas e jurídicas, bem como a preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, além da prestação de serviços de recepção e encaminhamento de propostas referentes às operações de crédito. Sua trajetória iniciou-se em 2013 e desde então vem agregando inúmeras parcerias e clientes que já somam mais de 10 milhões, tendo emprestado mais de R\$ 1,5 bilhões com mais de 1,4 milhões de solicitações por mês. O resultado do exercício da Companhia apresenta um prejuízo de R\$ 19.473.856 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 18.812.020 em 31 de dezembro de 2021), tendo somado, até essa data, prejuízos acumulados de R\$ 96.279.474 (R\$ 76.805.618 em 2021). Com os investimentos realizados na Companhia, ao longo do ano de 2022, se espera que haja uma ampliação da taxa de conversão de solicitações de crédito em contratos, assim como um aumento na relação de receita por contrato fechado, melhorando, assim, a margem operacional. A administração tem tomado ações no sentido de incrementar as margens operacionais, reduzindo os prejuízos apurados gradativamente. Adicionalmente, objetivando a continuidade operacional, a controladora dessa Companhia (FCBPC Holding S.A.) no dia 25 de fevereiro de 2022, efetuou a combinação de negócios com a controlada FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, que foi submetida ao BACEN (Banco Central do Brasil). A combinação de negócios foi, operacionalmente, concluída em abril/22, quando os times foram integrados e iniciou-se um processo de reestruturação, que inclui: (i) a integração das áreas e departamentos; (ii) a revisão de todos os processos de cada área; (iii) a otimização das despesas e custos; (iv) o replanejamento orçamentário; (v) a reorganização da arquitetura de Tecnologia da Informação; (vi) a renegociação dos principais contratos de prestação de serviços de terceiros; e (vii) terceirização do CX. As receitas geradas pela intermediação de serviços financeiros como crédito pessoal, Home Equity, Auto Loan, Antecipação de Saque-Aniversário do FGTS, dentre outros, ficaram próximas ao orçado para o ano de 2022, apenas 2,5% abaixo do objetivo. No que tange as despesas, o valor gasto no ano foi cerca de R\$ 900 mil maior que o projetado. Mesmo com uma reorganização administrativa, que incluiu um lay-off de cerca de 40% do quadro da companhia em outubro/22, há um desafio a superar para sanear outros dispêndios e diminuir os custos da operação. O desafio de gerar o break-even de caixa se acentuou com a restrição na concessão de crédito dos atuais parceiros, somado a forte expansão inflacionária que corrou a renda das classes B, C e D, fez com que a companhia abrisse uma frente estratégica de aumentar a quantidade de credores com perfil de risco do público do Marketplace, tornando o processo mais eficiente e elevando o índice de cobertura de uma oferta por CPF para três ofertas por CPF. O take-rate médio das operações junto aos parceiros ficou em 7%, com tendência de subida para os anos seguintes. Além disso, os aportes de capital realizados na combinação de negócios (R\$ 20 milhões) tiveram por objetivo reforçar o caixa das Companhias. Cabe ressaltar que os controladores são os mesmos em ambas empresas. Além disso, no plano de negócios da Qista é previsto uma geração de carteira de crédito, via plataforma da BPC, em patentes suficientes que gerarão receitas relevantes, em conjunto com outros fatores (novas parcerias, renegociação de dívidas com fornecedores, etc.) os quais sustentarão a continuidade operacional da empresa. Por fim, em relação à receita, o aumento gradativo da participação de parceiros que contratam os serviços de CaaS (Credit as a Service), um produto com maior valor agregado, gerador de maior receita para a Companhia, também contribui para a melhoria do resultado. A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações em 12 de abril de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas (PME), definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustadas para refletir a remensuração ao seu valor justo e/ou custo amortizado. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3 (Estimativas e julgamentos contábeis críticos). **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real – (R\$), que é a sua moeda funcional da Companhia em seu local de atuação (Brasil) e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Operações**

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em Reais) | | | |
|--|-----------|---------------------|---------------------|
| Passivo | Nota | 31/12/22 | 31/12/21 |
| Passivo circulante | | 4.731.888 | 19.183.732 |
| Obrigações por empréstimos | 10 | 1.887.926 | 13.038.027 |
| Obrigações por empréstimos | | 1.887.926 | 13.038.027 |
| Outras obrigações | | 2.843.962 | 6.145.705 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 9 | 1.041.373 | 3.227.985 |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 11 | 523.058 | 1.567.634 |
| Obrigações tributárias | 12 | 1.073.963 | 1.176.849 |
| Adiantamento de clientes | 13 | 205.568 | 173.237 |
| Passivo não circulante | | 31.719.484 | 328.327 |
| Exigível a longo prazo | | 31.719.484 | 328.327 |
| Outras obrigações | | 31.719.484 | 328.327 |
| Provisão para passivo contingente | 14 | 270.978 | 328.327 |
| Adiantamento Ligadas (FC Financeira) | 15 | 31.448.506 | - |
| Patrimônio líquido | | (33.497.389) | (14.023.534) |
| Capital: | 16 | 10.584.642 | 10.584.642 |
| De domiciliados no país | | 10.584.642 | 10.584.642 |
| Reservas de capital | | 52.197.443 | 52.197.443 |
| Lucros/(Prejuízos) acumulados (Ações em tesouraria) | | (96.279.474) | (76.805.618) |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | | (33.497.389) | (14.023.534) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.953.983 | 5.488.525 |

e **saldos:** As operações com moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, nas rubricas de receitas e despesas financeiras. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.5. Imobilizado e intangível: Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado e do intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar e deduzidos das despesas de depreciação e amortização e de qualquer provisão para perdas por valor recuperável de ativo acumulada, este último quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado ou intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Depreciação e amortização:** As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos demonstrada na Nota 8 (Imobilizado e Intangível), a partir do momento em que o ativo se encontra no local e em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A Companhia efetuou a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado e não identificou desvios significativos em relação às taxas efetivamente praticadas. **2.6. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros, exceto estoques e impostos diferidos são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC – Unidade Geradora de Caixa), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado tendo como referência o método de taxa de juros efetiva. **2.8. Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • **Contingências ativas:** Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que garantam a sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • **Contingências passivas:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • **Obrigações legais – fiscais e previdenciárias:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis pelas demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **2.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **2.10. Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir: **(a) Prestação de serviços:** A Companhia presta serviços de análise de cadastro para aprovação de crédito. Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material aplicado. A receita de prestação de serviços é, em geral, reconhecida tendo como referência os serviços contratados os quais são reconhecidos no

| Demonstração do Resultado do Exercício (Valores em Reais) | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas Operacionais | Nota | 31/12/22 | 31/12/21 |
| Receitas Operacionais | | 15.773.395 | 35.118.550 |
| Receita de bruta de prestação de serviços | | 15.773.395 | 35.118.550 |
| Receita Bruta Operacional | 17 | 15.773.395 | 35.118.550 |
| Deduções da Receita Bruta | | (2.337.903) | (4.793.531) |
| Tributos sobre a receita | | (2.337.903) | (4.793.531) |
| Despesas com PIS e Cofins | | (1.555.235) | (3.050.849) |
| Despesas com ISS | | (782.669) | (1.742.682) |
| Receita operacional líquida | 17 | 13.435.492 | 30.325.019 |
| Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos | | (18.690.862) | (25.142.657) |
| Custo dos Serviços Prestados | 18 | (18.690.862) | (25.142.657) |
| Resultado Bruto | (5.255.370) | 5.182.362 | (12.416.635) |
| Despesas/Receitas Operacionais | | (12.416.635) | (23.818.318) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 18 | (11.731.610) | (24.514.158) |
| Outras Receitas Operacionais | | 432.942 | 1.372.338 |
| Outras Despesas Operacionais | | (883.842) | (278.961) |
| Despesas tributárias | 18 | (234.125) | (397.537) |
| Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | (17.672.005) | (16.635.956) | (17.672.005) |
| Resultado Financeiro | 19 | (1.801.851) | (176.064) |
| Receitas Financeiras | | 64.520 | 122.980 |
| Despesas Financeiras | | (1.866.372) | (299.044) |
| Bancária e outras | | (1.859.123) | (277.577) |
| Juros sobre obrigações tributárias | | (6.448) | (11.709) |
| Variações monetárias e cambiais passivas | | (801) | (9.757) |
| Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | (19.473.856) | (18.812.020) | (19.473.856) |
| Resultado Líquido das Operações Continuadas | (19.473.856) | (18.812.020) | (19.473.856) |
| Lucro/(Prejuízo) do Período | (19.473.856) | (18.812.020) | (19.473.856) |
| Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | | (19.473.856) | (18.812.020) |
| Nº de Ações: | | 681.717 | 681.717 |
| Lucro (prejuízo) por Ações: | | (28,57) | (27,60) |

| Demonstração do Resultado Abrangente (Valores em Reais) | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| Resultado do período | 31/12/22 | 31/12/21 | Total |
| Resultado do período | (19.473.856) | (18.812.020) | (38.285.876) |
| Ajustes de avaliação elegíveis à resultado | - | - | - |
| Resultado abrangente | (19.473.856) | (18.812.020) | (38.285.876) |

resultado após terem sido prestados. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Não foi apurado lucro tributável nos exercícios de 2022 e 2021. Tributos

| Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%) | 25% |
|---|--------|
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (de 01/01/19 a 31/12/21) | 15% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (de 01/07/22 a 31/12/22) | 9% |
| Programa de Integração Social – PIS | 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS | 7,6% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN | Até 5% |

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos A Companhia não adota qualquer tipo de estimativa contábil complexa para definir sua posição patrimonial e/ou resultados. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A provisão contábil de contingências é definida a partir do parecer dos advogados e constituída em 100% dos valores entendidos como de perda provável. A Companhia não possui derivativos, ou outros instrumentos financeiros, que exijam definição de expectativa e/ou estimativas.

| 4. Caixa e equivalentes de caixa | | | |
|----------------------------------|---------------|------------------|--|
| | 2022 | 2021 | |
| Caixa e contas bancárias | 22.773 | 915.590 | |
| Aplicações Financeiras (a) | 52.611 | - | |
| Debêntures | - | 493.001 | |
| Total | 75.384 | 1.408.591 | |

| 5. Contas a receber | | | |
|---------------------|--------|--------|--|
| | 2022 | 2021 | |
| Rendas a Receber | 47.666 | 18.885 | |

| 8. Imobilizado e intangível | | | |
|--|-----------|------------------|-----------------|
| (i) Valores 2022 | Vida útil | 2021 | Adições |
| Imobilizado | | | |
| Computadores e periféricos | 5 anos | 988.946 | - |
| Móveis e utensílios | 10 anos | 347.088 | - |
| Benefetórias em imóveis de terceiros (*) | | 499.150 | - |
| Total | | 1.835.184 | - |
| Intangível | | | |
| Software | 5 anos | 20.660 | - |
| Total | | 20.660 | (13.371) |

(*) A Companhia deprecia as benfeitorias com base no prazo remanescente da locação do imóvel, que a após a combinação de negócios com a FC Financeira foi entregue e, portanto, o saldo remanescente em 2023. A Companhia efetuou a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado e não identificou desvios significativos em relação às taxas efetivamente praticadas. A Administração não observou qualquer indicativo de que seus ativos possam ter sofrido

| Demonstração do Resultado Abrangente (Valores em Reais) | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| Resultado do período | 31/12/22 | 31/12/21 | Total |
| Resultado do período | (19.473.856) | (18.812.020) | (38.285.876) |
| Ajustes de avaliação elegíveis à resultado | - | - | - |
| Resultado abrangente | (19.473.856) | (18.812.020) | (38.285.876) |

| Demonstração dos Fluxos de Caixa (Valores em Reais) | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| Atividades operacionais | 31/12/22 | 31/12/21 | Total |
| Atividades operacionais | (19.205.194) | (20.367.023) | (39.572.217) |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | (19.473.856) | (18.812.020) | (38.285.876) |
| Depreciações e amortizações | 326.011 | 303.089 | 629.100 |
| Provisão para contingências | (57.349) | 92.492 | (34.857) |
| Ajuste de juros sobre empréstimos | - | (1.950.584) | (1.950.584) |
| Variação de ativos e obrigações | 17.865.813 | 13.113.562 | 30.979.375 |
| Contas a receber | 1.793.058 | 29 | |

Publicidade Legal

... continuação

Os fornecedores estrangeiros correspondem aos prestadores de serviços (ferramentas e softwares de tecnologia, que auxiliam no processo de desenvolvimento da plataforma "Bom Pra Crédito") e faturam em Dólares Americanos (US\$).

10. Obrigações por empréstimos

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|------------------|-------------------|
| CCB - Cédula de crédito bancário | 2.621.616 | 14.988.611 |
| Encargos/IOF sobre CCB à apropriar | (733.690) | (1.950.584) |
| Total | 1.887.926 | 13.038.027 |
| Circulante | 1.851.210 | 6.500.000 |
| Não Circulante | 36.716 | 6.538.027 |

11. Obrigações trabalhistas e sociais

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------|----------------|------------------|
| INSS e FGTS a recolher | 128.650 | 487.910 |
| Provisão de férias | 291.961 | 791.644 |
| INSS e FGTS sobre férias | 101.602 | 275.492 |
| Férias a pagar | - | 12.535 |
| 13º a pagar | 845 | - |
| Pensão alimentícia a pagar | - | 53 |
| Total | 523.058 | 1.567.634 |

12. Obrigações tributárias

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Circulante | | |
| PIS e COFINS a recolher | 149.089 | 579.059 |
| ISS a recolher | 67.966 | 195.365 |
| IRRF a recolher | 77.016 | 322.230 |
| INSS parcelado | - | 511 |
| PIS e COFINS parcelados | 762.087 | 882 |
| PIS, COFINS e CSL | 11.939 | 21.952 |
| IR s/ importação parcelado | 4.142 | 14.081 |
| Impostos sobre importações a recolher | 707 | 20.958 |
| CIDE parcelado | - | 2.521 |
| Retenções de terceiros | - | 12.173 |
| COFINS s/ importação parcelado | 1.017 | 7.117 |
| Total | 1.073.964 | 1.176.849 |

13. Adiantamento de clientes - Os adiantamentos de clientes, que representam antecipações de valores recebidos de parceiros comerciais, são registrados no passivo até que se ocorra a efetiva prestação de serviço conforme contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor desses adiantamentos era de 205.568 (173.237 em 31 de dezembro de 2021).

14. Provisão para contingências - A Companhia é parte em processos cíveis, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores jurídicos, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$ 682.915 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R\$314.855). A provisão constituída para perda provável em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 270.978 (27.559 de natureza Cível e R\$ 243.419 de natureza Previdenciária) e 2021 - R\$ 328.327.

15. Adiantamento Ligadas

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|-------------------|----------|
| Adiantamento Ligadas (FC Financeira) | 31.448.506 | - |
| Total | 31.448.506 | - |

16. Patrimônio líquido - a. Capital Social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$ 10.584.642, composto por 734.574 ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. **b. Reserva de Capital:** A reserva legal é calculada na base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. O estatuto da Companhia permite a constituição de reservas estatutárias de acordo com a Lei nº 6.404/76, observando que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

17. Receita

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita bruta | 15.773.395 | 35.118.550 |
| Deduções | | |
| ISS | (782.669) | (1.742.682) |
| PIS | (277.399) | (544.199) |
| COFINS | (1.277.835) | (2.506.650) |
| Receita operacional líquida | 13.435.492 | 30.325.019 |

18. Custos e receitas/despesas operacionais

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Tecnologia | 6.372.183 | 7.483.733 |
| Pessoal (TI) | 2.300.765 | 9.936.263 |
| Comunicação | 7.669.385 | 4.598 |
| Propaganda e publicidade | 2.348.529 | 7.718.063 |
| Custo dos serviços prestados | 18.690.862 | 25.142.657 |
| Pessoal | 8.186.618 | 13.352.550 |
| Propaganda e publicidade | - | 491.671 |
| Eventos | 8.552 | 48.304 |
| Publicação | 4.671 | 10.066 |
| Seguros | 18.089 | 39.274 |
| Manutenção | 6.447 | 31.016 |
| Material | 5.897 | 19.080 |
| Serviços de Terceiros | 2.435.895 | 1.817.829 |
| Tecnologia | - | 2.790.516 |
| Ocupação | 444.167 | 523.169 |
| Comunicação | - | 4.670.682 |
| Outras | 147.942 | 324.420 |
| Provisão para contingências | 144.394 | 92.492 |
| Depreciações e amortizações | 328.939 | 303.089 |
| Gerais e administrativas | 11.731.610 | 24.514.158 |
| Recuperação de encargos e despesas | (217.098) | (1.369.300) |
| Reversão de Provisão | (201.743) | - |

19. Resultado financeiro, líquido

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------------|------------------|
| Receita financeira | | |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 329 | 77.158 |
| Outras | 806 | - |
| Variação cambial ativa | 63.385 | 45.822 |
| Total | 64.520 | 122.980 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre obrigações tributárias | (6.448) | (11.709) |
| Variação cambial passiva | (801) | (9.757) |
| Juros sobre CCB | (1.651.676) | (231.706) |
| Bancárias e outras | (207.447) | (45.871) |
| Total | (1.866.372) | (299.044) |
| Resultado financeiro líquido | (1.801.851) | (176.064) |

20. Imposto de renda e contribuição social - A Companhia utiliza-se do regime de tributação pelo lucro real e calculando seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social, além de despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável, no montante de R\$ 91.606.834 (2021 - R\$ 71.484.021) os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. A administração, considerando o atual contexto operacional da Companhia, optou por não reconhecer o referido crédito nas demonstrações financeiras, até que as operações sejam lucrativas e permitam uma adequada projeção de lucros tributáveis futuros. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

21. Crédito tributário - a. Prejuízo Fiscal Base Negativa

| Ano Calendário | Prejuízo Fiscal Base Negativa | Prejuízo Fiscal Base Negativa |
|---------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Períodos anteriores | 54.604.962 | 54.604.962 |
| 2021 | 18.326.854 | 18.326.854 |
| 2022 | 18.675.018 | 18.675.018 |
| Total | 91.606.834 | 91.606.834 |

Prejuízo Períodos Anterior Não Ativado 13.651.241 **4.914.447**
Prejuízo Não Ativado 2021 4.581.713 **1.649.417**
Prejuízo Não Ativado 2022 4.668.754 **1.680.751**
Saldo Final 22.901.708 **8.244.615**

Os Créditos Tributário da Companhia não estão ativados.

b. Movimentação crédito tributário prejuízo fiscal:

| Saldo Inicial | Resultado | Saldo Final |
|---|---------------|-------------|
| 31/12/2021 | Realização | 31/12/2022 |
| Imposto de Renda | | |
| Provisão p/ Contingência Previdenciária | 61 | - |
| Provisão p/ Contingência Cível | 21 | (50) |
| Subtotal | 82 | (50) |
| Prejuízo Fiscal IRPJ | 18.233 | - 4.669 |
| Subtotal - Crédito Tributário IRPJ | 18.315 | (50) |
| Contribuição Social | | |
| Provisão p/ Contingência Previdenciária | 23 | - |
| Provisão p/ Contingência Cível | 8 | (18) |
| Subtotal | 31 | (18) |
| Base Negativa CSLL | 6.564 | - 1.681 |
| Subtotal - Crédito Tributário CSLL | 6.595 | (18) |
| Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL | 24.910 | (68) |

22. Transações com partes relacionadas - a. Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social da BPC, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração dos administradores. Os gastos com honorários da Diretoria somam o montante de R\$ 687.041 (R\$ 1.422.000 em 2021). A BPC concede benefícios de curto prazo aos seus colaboradores, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale-alimentação e refeição). **b. Adiantamento de Comissões:** Adicionalmente, a FC Financeira (Qista) realizou no exercício de 2022 repasses a título de adiantamento de comissão à BPC, que somam o montante de R\$ 31.448.506. Esses adiantamentos correspondem às comissões relacionadas ao fluxo futuro de pagamentos das originações intermediadas pela BPC, entretanto, os saldos são abatidos mensalmente após a apuração das comissões que a BPC tem a pagar. **c. Rateio de despesas:** Além disso a BPC realizou a título de pagamento de aluguel compartilhado a FC Financeira o valor correspondente a R\$ 37.952, referente a sua ocupação no exercício de 2022 (2021 - R\$ 0).

23. Seguros - A controladora (FCBPC Holding S.A.) possui cobertura de seguros contratada para responsabilidade civil na atuação de seus administradores e diretores no montante de até R\$ 3.000.000 em 31 de dezembro de 2022. A apólice contratada abrange entre outras coberturas, danos morais, bens e liberdade, garantias pessoais, práticas trabalhistas, custos de investigação, proteção da imagem pessoal, responsabilidade tributária, danos ambientais e bloqueio e indisponibilidade de bens.



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

DATA MERCANTIL

São Paulo

Publicidade Legal

GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda.
CNPJ/MF nº 13.478.471/0001-51

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)

| Balanco Patrimonial | | Demonstração do Resultado | |
|-------------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------|
| Ativo | 2022 | Passivo | 2022 |
| Circulante | 22.405.616,09 | Circulante | 13.945.434,92 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 18.165.505,79 | Fornecedores | 362.326,61 |
| Cientes | 3.286.218,86 | Empréstimos e financiamentos | 12.380.516,32 |
| Créditos diversos | 953.891,44 | Impostos a recolher | 287.069,83 |
| | | Provisões diversas | 915.522,16 |
| Não circulante | 3.748.411,51 | IRPJ e CSLL a recolher | 49,42 |
| Realizável a longo prazo | 2.376.765,04 | Provisões | 915.472,74 |
| Imobilizado | 1.252.600,30 | Não circulante | 3.927.767,72 |
| Intangível | 119.046,17 | Outras provisões e obrigações | 3.927.767,72 |
| Total | 26.154.027,60 | Patrimônio líquido | 8.280.824,96 |
| | | Capital social | 615.083,20 |
| | | Lucros/prejuízos acumulados | 7.665.741,76 |
| | | Total | 26.154.027,60 |

Contas de resultado
Resultado com prestação de serviços 726.314,06 C
Receita líquida de serviços 726.314,06 C
Receita bruta de serviços 750.548,18 C
Deduções da receita bruta 24.234,12 D
Resultado com vendas bens móveis/imóveis 40.987,65 D
Resultado bruto 685.326,41 C
Despesas / receitas operacionais 379.328,76 D
Despesas/receitas gerais e administrat. 379.328,76 D
Resultado antes da CSLL/IRPJ e das part 305.997,65 C
Provisões do período 81.169,51 C
Resultado líquido 387.167,16 C

A Diretoria
Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9

Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda.
CNPJ/MF nº 23.568.370/0001-25 – (Anteriormente denominada de Primé Taxi Air Ltda.)

| Balanco Patrimonial (Em Reais) | | Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais) | |
|--------------------------------------|-------------------|---|--|
| Ativo | 2022 | 2021 | 2022 |
| Ativo circulante | 359.532,61 | 27.651,25 | 2.144.286,54 |
| Disponibilidades | 1,00 | 1,00 | 2.144.286,54 |
| Caixa e bancos | 1,00 | 1,00 | 143.837,23 |
| Títulos e valores mobiliários | 126.754,72 | 1.406,98 | 310.653,22 |
| Cotas de fundos de investimentos | 126.754,72 | 1.406,98 | 5.421,19 |
| Outros Créditos | 232.776,89 | 26.243,27 | 475.930,39 |
| Rendas a receber | 96.882,95 | - | 1.352.281,74 |
| Diversos | 135.893,94 | 26.243,27 | Patrimônio Líquido (1.784.753,93) (1.260.152,26) |
| Total do Ativo | 359.532,61 | 27.651,25 | De domiciliados no país 90.000,00 |
| | | | (Capital a realizar) (90.000,00) |
| | | | Lucros/(Prejuízos) acumulados (1.784.753,93) (1.260.152,26) |
| | | | Patrimônio líquido atribuível aos controladores (1.784.753,93) (1.260.152,26) |
| | | | Total Passivo e Patrimônio Líquido 359.532,61 27.651,25 |

| Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais) | | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | |
|---|---------------------|--|---|
| 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receitas Operacionais | 1.419.076,45 | 237.733,84 | 530.797,58 |
| Receita de bruta de prestação de serviços | 1.419.076,45 | 237.733,84 | (624.111,35) |
| Receita Bruta Operacional | 1.419.076,45 | 237.733,84 | Resultado Financeiro 6.195,91 555,27 |
| Deduções da Receita Bruta | (71.393,56) | (8.703,09) | Receitas Financeiras 6.195,91 555,27 |
| Tributos sobre a receita | (71.393,56) | (8.703,09) | Rendas de títulos e valores mobiliários 6.195,91 555,27 |
| Despesas com PIS e Cofins | (61.778,83) | (8.703,09) | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro (524.601,67) (623.556,08) |
| Despesas com ISS | (9.614,73) | - | Prejuízo do Período (524.601,67) (623.556,08) |
| Resultado Bruto | 1.347.682,89 | 229.030,75 | Atribuído a Sócios da Empresa Controladora (524.601,67) (623.556,08) |
| Despesas/Receitas Operacionais | (1.878.480,47) | (853.142,10) | Atribuído a Sócios Não Controladores - 0,00 |
| Despesas com Vendas | - | - | Nº de Quotas: 90.000 90.000 |
| Despesas Gerais e Administrativas | (1.878.479,48) | (853.142,10) | Lucro (prejuízo) por Quota: (5,83) (6,93) |
| Despesas com pessoal | (989.099,63) | (704.826,92) | |
| Outras despesas administrativas | (887.209,49) | (148.207,17) | |
| Despesas tributárias | (2.170,36) | (108,01) | |
| Outras Despesas Operacionais | (0,99) | - | |

A Diretoria
Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/O-6

L.N.V.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.
CNPJ/ME nº 47.919.997/0001-41 – NIRE 35.239.896.989

Primeira Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes: – Cleber Faria Fernandes, RG nº 23.360.684-1 SSP/SP e CPF/ME nº 192.212.358-74, ("Cleber"); e – Sueli de Fátima Ferretti, RG nº 7.743.932-6 SSP/SP e CPF/ME nº 764.868.778-04, ("Sueli"). Na qualidade de sócios da sociedade empresária limitada denominada **L.N.V.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Pamplona, nº 818, 9º andar, conjunto 92, Jardim Paulista, ("Sociedade"), resolvem firmar a presente Primeira Alteração do Contrato Social para transformar o tipo societário de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima por Ações, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª. Da Transformação do Tipo Societário: 1.1. Os sócios deliberam e aprovam, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas a transformação do tipo societário da Sociedade que passará a se revestir de forma de sociedade anônima de capital fechado, regida pela lei 6.404/76, segundo o disposto nos artigos 220 a 222 da referida lei, nos termos e condições previstos no presente instrumento. A referida transformação é feita sem solução de continuidade, de forma que a Sociedade permanecerá titular de todos os seus direitos e obrigações anteriores ao presente ato; **Cláusula 2ª. Da Conversão das Quotas em Ações:** 2.1. Em decorrência da transformação da Sociedade em sociedade por ações, aprovam a conversão das 500 quotas representativas do capital social da Sociedade em 500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. 2.1.1. Dessa forma, o capital social da Sociedade de R\$ 500,00, totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional e passa a ser representado por 500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas: (a) Sra. Sueli passará a deter 250 ações ordinárias, sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 250,00, conforme boletim de subscrição que consta do Anexo I; e (b) Sr. Cleber passará a deter 250 ações ordinárias, sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 250,00, conforme boletim de subscrição que consta do Anexo I; 2.1.2. Os acionistas fazem constar que as ações ordinárias nominativas de emissão da Sociedade permanecerão registradas em livro próprio, nos termos da legislação aplicável.

Cláusula 3ª. Da Eleição dos Diretores: 3.1. Elegem para os cargos de Diretores da Companhia, os Srs. Cleber Faria Fernandes, RG nº 23.360.684-1 SSP/SP e CPF/ME nº 192.212.358-74; e Sueli de Fátima Ferretti, RG nº 7.743.932-6 SSP/SP e CPF/ME nº 764.868.778-04. Declaração de desimpedimento. Os diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedades empresariais em virtude de condenação criminal, que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedir de exercer atividades empresariais, em observância ao disposto no inciso II do art. 37, da Lei nº 8.934, de 18.11.94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14.02.01, e no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações, ciente de que qualquer declaração falsa importa em responsabilidade criminal. Os Diretores eleitos tomam posse neste ato mediante assinatura do termo de posse, conforme Anexo II. **Cláusula 4ª. Da Integralização do Capital Subscrito:** 4.1. Integraliza-se neste ato, o capital subscrito de R\$ 500,00, em moeda corrente nacional, passando o mesmo estar totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 500,00.

Cláusula 5ª. Da Adequação da Nova Redação e Consolidação do Estatuto Social: 5.1. Em virtude das adequações legais inerentes às sociedades por ações, os sócios aprovam a reforma e consolidação da redação do Estatuto Social da Sociedade, que deverá vigorar nos termos da redação prevista no Anexo III. E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias, na presença das testemunhas abaixo. E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias. São Paulo, 30/09/2022. **Sócios: Cleber Faria Fernandes e Sueli de Fátima Ferretti. Visto do Advogado: Liliana Corrêa L. de Oliveira** – OAB/SP 260.019. **Testemunhas: Yan dos Santos Fernandes** – RG 53.021.824-0 SSP/SP – CPF: 470.499.478-30; **Jefferson Leite Lobo** – RG 49.141.546-1 SSP/SP – CPF: 427.315.238-08 JUCESP. Certifico o registro sob o nº 653.544/22-4 e NIRE 35.300.603.761 em 08/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Negócios

O verdadeiro vilão da Magazine Luiza e Via não é a Selic; veja qual é



O mercado financeiro “aposta” em uma queda na taxa Selic ainda em 2023, o que pode ajudar a diminuir a dívida das empresas e alavancar o setor do varejo. Mas será que empresas como Magazine Luiza (MGLU3), Via (VIAA3) e Americanas (AMER3) poderão ser realmente beneficiadas esse cenário?

William Wang, gestor da AZ Quest e responsável pelo fundo AZ Quest Top Long Biased, acredita que nem mesmo a redução dos juros ajudará na recuperação de Magazine Luiza, Via (VIAA3) e Americanas (AMER3) e outras empresas do setor. Justamente a dominância de um concorrente, o Mercado

Livre (MELI34), coloca em “xeque” a melhora dessas companhias.

O gestor comenta que sua posição de venda em ações de empresas do varejo é estrutural. “A gente estava com posições vendidas tanto em Americanas (AMER3) como Magazine Luiza porque acreditamos que o maior player do mercado, o Mercado Livre, é o extremo oposto dos outros.”

Wang cita que o Mercado Livre tem um modelo de negócio melhor, e que tem se provado superior aos seus pares ao longo do tempo. Essa concorrência penaliza as varejistas brasileiras.

Neste ponto, o gestor faz uma comparação entre Mercado Livre e a Amazon

(AMZO34). “Com mais pedidos sendo feitos, a Amazon consegue diminuir os custos fixos. A empresa também consegue ampliar suas operações para vários mercados”, comenta o gestor.

Em operação no Brasil, a empresa que mais se aproxima desse modelo é justamente o Mercado Livre.

Resultado do Magazine Luiza

Por outro lado, a Magazine Luiza vem perdendo a competitividade ao longo do tempo, à medida que o Mercado Livre vem ampliando seu market share e escala de vendas. “Isso traz resultados cada vez mais fracos para a Magalu”, comenta o gestor da AZ Quest.

Transações via Pix pelo Mercado Pago crescem 150% no primeiro trimestre de 2023

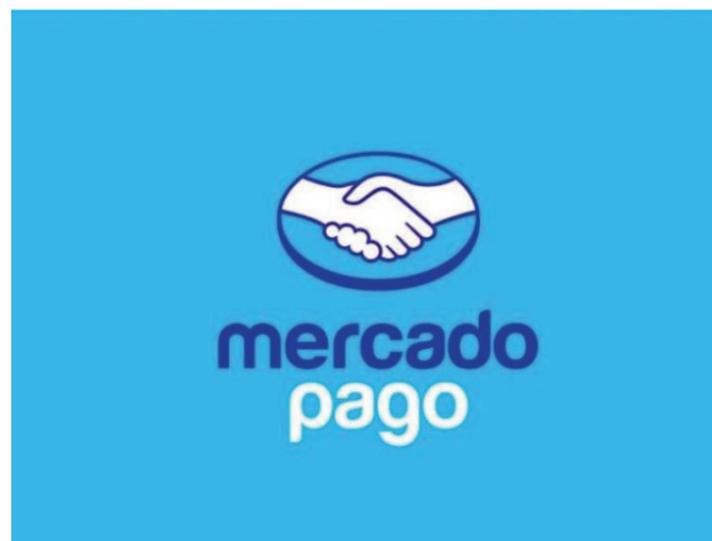
O Pix bateu mais um recorde diário de transações no mês de maio. Segundo o Banco Central, no dia 05 deste mês, foram registradas 124,3 milhões de operações. No Mercado Pago, banco digital do Grupo Mercado Livre, as transações processadas via Pix também avançaram significativamente.

Somente no primeiro trimestre de 2023, tanto no universo online quanto físico, o volume total de transações cresceu 150% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

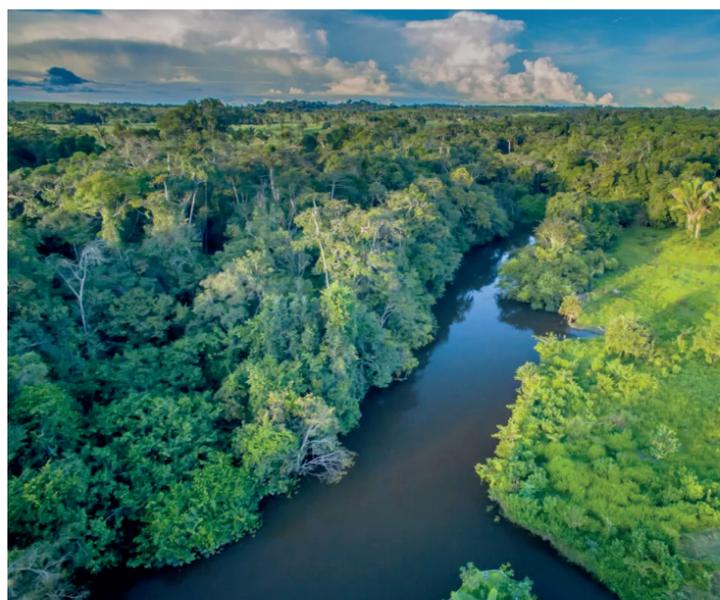
O avanço do Pix no país e em diversos segmentos vem ganhando cada vez mais destaque, seja no comércio ou na área de serviços. “Eletroeletrônicos, serviços, eventos e entretenimento, saúde e bem-estar e moda são os setores em que os clientes mais têm aderido ao meio de pagamento instantâneo no ambiente online”, afirma Daniel Davanço, Country Head para Empresas do Mercado Pago.

Para o executivo, a simplicidade, disponibilidade e custos reduzidos são características do Pix que agradam à população.

Isto é Dinheiro



Contra o desmatamento, Verde Agritech propõe não vender fertilizante à Amazônia



A Verde Agritech, empresa com maior capacidade de produzir potássio do Brasil, vai propor aos acionistas que a companhia não venda fertilizantes para 218 municípios da Amazônia. A decisão do Conselho de Administração, em linha com as premissas de operação sustentável da companhia, tem por objetivo estimular o combate ao desmatamento em um dos territórios mais ricos em biodiversidade no mundo. A votação será em junho, informa a companhia em comunicado.

O fundador e CEO da Verde Agritech, Cristiano Veloso, afirmou na nota que “do ponto de vista de faturamento, não terá impacto no nosso negócio, mas reforça o compromisso da agricultura brasileira com um modelo de produção que já é o mais

sustentável do mundo”. “O agricultor brasileiro é altamente tecnológico, com produtividade recorde nos últimos anos, comprovando esse compromisso de cada agricultor em produzir de forma mais eficiente e sustentável”, acrescentou.

O executivo ressaltou que a empresa venderá produtos para a região apenas se for algum projeto de reflorestamento de mata nativa. “Os agricultores do Brasil estão comprometidos com o meio ambiente, porque entendem a importância dos recursos naturais para produzir alimentos.”

Ao todo, a iniciativa vai proteger um território total de 2,23 milhões de km². Segundo estatísticas da plataforma IBGE Países, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área é maior, em extensão, do que

Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália somados, nações que fazem parte do top 10 de maiores economias do mundo.

“Somos uma empresa que usa tecnologia para produzir uma nova geração de fertilizantes, de forma sustentável e que tem o meio ambiente como aliado da produção de alimentos, valorizando os microrganismos do solo que ajudam, inclusive, a reduzir o uso de agroquímicos”, disse Veloso.

Desde o ano passado, a companhia tem capacidade para produzir 3 milhões de toneladas de fertilizantes e anunciou investimentos de R\$ 275 milhões para construção de uma terceira unidade produtiva, que fará com que a empresa atinja até 16,4% da demanda nacional por potássio.

Isto é Dinheiro